

2005-02-17 - ASSEMBLEIA GERAL DA FPA

Caros Amigos,

Como escrevi no texto anterior, estou a aproveitar uma fase forçadamente lenta da minha vida para tentar actualizar as informações sobre o nosso Aikido e sobre os factos que, bem ou mal, vão agitando estas águas, já por si revoltas.

O primeiro tema que vou abordar, de outros que se seguirão, é o da última Assembleia Geral da FPA, que se realizou 13 de Dezembro de 2004. A respectiva "Ordem do Dia" constava, fundamentalmente, da discussão e votação do "Plano de Actividades para 2005", sem a aprovação do qual a Federação não poderia assinar o "Contrato Programa" anual com a Tutela, vendo-se assim despojada dos instrumentos financeiros que lhe permitam exercer as suas funções de organismo tutelar do Aikido em Portugal. Por outro lado e sem qualquer tipo de análise não contextual, todos os Associados tinham a consciência de que a Assembleia iria ser palco do confronto entre a Direcção e os contestatários da sua política.

Numa discussão, qualquer que ela seja, existem sempre argumentos contra e a favor das decisões propostas. Mas não foi isso que se verificou... Não foi contestado um único ponto da proposta da Direcção, aparte duas ou três questões colocadas por alguns dos presentes, conscientes do vazio conceptual em que se estava a cair. Não foram apresentadas soluções alternativas às iniciativas em análise... Não foram sequer questionadas as repartições de verbas destinadas às acções propostas... Nada... Um vazio total... Procedeu-se à votação e os resultados foram expressivos: 31 votos a favor, 55 contra e 7 brancos ou nulos... O "Plano" não mereceu a aprovação...

Porquê? Porque o objectivo era, simplesmente, despoletar uma demissão da actual equipa... Não interessava o conteúdo das propostas, a repartições das verbas, a bondade das iniciativas, e equilíbrio entre acções.

A Direcção, com o intuito de salvar o que tinha de ser salvo, enviou, uns dias depois, para os Associados, uma carta na qual se solicitavam sugestões que permitissem a modificação das propostas originais, para que os assuntos permitissem consensos, para que se corrigissem os eventuais erros das escolhas. Mas as respostas não vieram, nem em número significativo (três ou quatro), nem com conteúdo útil... Estava provado que a rejeição do "Plano" nada tinha a ver com o conteúdo do "Plano", mas, como se disse acima, foi uma manobra política de pura tomada do poder.

É óbvio que a Direcção não podia fazer outra coisa diferente do que fez: demitiu-se... Após analisar todas as implicações do sucedido, entregou o pedido de demissão ao Senhor Presidente da Assembleia Geral, o qual marcará, como lhe compete, uma Assembleia Geral Extraordinária destinada a eleger uma nova equipa.

Veremos o que dessa Assembleia sai, quem serão os novos Dirigentes... Veremos, certamente, um novo "Plano" proposto pelos novos Corpos Sociais eleitos... Veremos, certamente e mais uma vez, que as diferenças não serão significativas. Ficará provado, mais uma vez, que ser Dirigente desportivo tem, para alguns, algo de muito atractivo...

Mas, haverá alguém que o confesse? Veremos...

Francisco Leotte